Distribuição geográfica dos aportes do BNDES para o setor supermercadista no estado de Santa Catarina

Fernando Soares de Jesus

fernando.sj@grad.ufsc.br

José Messias Bastos

jbastos57@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o perfil territorial e setorial dos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre o segmento supermercadista em Santa Catarina, em especial a partir de 2002. Para tal, realizou-se uma análise dos relatórios publicados no sítio oficial do BNDES, seguida de uma sistematização dos dados para geração de mapas, gráficos e tabelas. Observou-se que o setor supermercadista catarinense teve aportes importantes por parte do banco, em especial médias e grandes empresas, em detrimento das pequenas e micro. Apesar disso, notou-se uma relativa dispersão dos investimentos entre as empresas e uma desconcentração territorial pelo estado.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Setor supermercadista; Abertura Econômica; BNDES; Nacional-Desenvolvimentismo.

Introdução

A intervenção ou a não intervenção do Estado na economia é um debate antigo no campo das ciências econômicas. Dentre os defensores do primeiro lado, destacam-se aqueles que se denominam como nacional desenvolvimentistas. Conforme Schlickmann (2017), uma das ideias centrais desse grupo é a construção de um pacto entre instituições financeiras, atores políticos e forças econômicas, de preferência nacionais. Essa característica é identificável em autores como Keynes (1983), Rangel (1982), Bresser Pereira (2015), entre outros.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que se iniciou com a posse de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, e foi interrompido abruptamente com o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, predominou uma visão de caráter nacional-desenvolvimentista, englobando ao longo dos anos "mecanismos de poderes políticos, estatais e econômicos, uma miríade de boas e de más práticas" (SCHLICKMANN, p. 22, 2017). Na seara de mecanismos de financiamento e investimento público do período, destaca-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), reconhecido como principal agente de fomento do governo federal.

Salienta-se, ainda, que, conforme Singer (2012) e Bresser Pereira (2015), os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foram socialdemocratas, de mesmo modo que o governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002. A lógica posta em prática a partir de 2003, contudo, além de desenvolvimentista, foi nacionalista, algo que não ocorreu nos governos FHC, onde o desenvolvimentismo não estava associado a uma visão nacionalista.

Quando nos atentamos à análise dos investimentos públicos em Santa Catarina, podemos perceber que a ação do Estado como planejador e financiador da economia é algo que acompanha a história econômica do estado. Entre 1962 e meados da década de 1980, os Estados brasileiro e catarinense atuaram através de uma série de programas que visavam alavancar o vigor econômico do estado. Goularti Filho (2016, p.172) afirma que o padrão de crescimento da economia de Santa Catarina foi alterado através da instituição de planos como o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), de 1961 a 1965, o PLAMEG II, de 1966 a 1970, o Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD), de 1971 a 1974 e, em menor proporção, o Plano de Governo, de 1975 a 1978. Não somente, o período foi marcado pela criação de um sistema de crédito que incluiu agências de fomento, como o BDE, o BRDE e o BADESC, e programas de incentivos fiscais, como o FUNDESC, o PROCAPE e o PRODEC. Todos esses mecanismos surgiram como um artifício do Estado para fomentar o desenvolvimento da indústria catarinense.

A despeito de segmentos do segundo setor serem ressaltados como principais focos do BNDES, o setor supermercadista foi beneficiado na década de 1970 com a abertura de uma linha de crédito própria pelo banco através da Caixa Econômica Federal, na esteira de benefícios dados pelos governos militares, que incluía a regulamentação da atividade pela Lei nº 7.208, de 13 de novembro de 1968, e os benefícios do I Plano Nacional de Desenvolvimento (CYRILLO, 1987).

Esse panorama nos leva a questionarmos como se distribuíram territorialmente e setorialmente os investimentos feitos pelo BNDES no setor supermercadista do estado de Santa Catarina. Buscamos, aqui, traçar alguns panoramas gerais acerca da concentração ou não concentração de investimentos em porções do território catarinense, bem como analisar possíveis preferências no aporte de investimentos acerca do tamanho de loja ou importância da rede.

De modo a perseguirmos esse objetivo, esse artigo divide-se em dois grandes blocos. No primeiro, busca-se fazer uma análise do setor supermercadista catarinense frente à abertura econômica, que ocorre a partir da década de 1990 (embora tivesse seus prelúdios ainda na década passada), com a eleição de Fernando Collor como Presidente da República, onde a privatização tornou-se "estratégia política global" de governo (SCHNEIDER, 1992, p. 6), de modo a contextualizar o cenário prévio sobre o qual os aportes estatais de deram no setor. Na segunda seção, o foco é no modo como o setor se comportou frente à retomada do papel do Estado como gestor e articulador da economia nos governos Lula e Dilma, analisando especificamente o papel do BNDES neste contexto, e observando o perfil geoeconômico e territorial dos investimentos sobre as principais redes supermercadistas do estado de Santa Catarina.

O setor supermercadista catarinense frente a abertura econômica

A partir dos anos 1980, tomando força na década seguinte, inicia-se no Brasil o processo de liberalização econômica, que pode ser entendido como "um processo de expansão do capitalismo a partir de seu núcleo em direção à periferia do sistema" (SALLUM JÚNIOR, p. 259, 2001). Tal perspectiva é calcada em uma interpretação em que o processo liberalizante iria, pouco a pouco, atingir todas as sociedades, convergindo-as para um padrão de organização econômica único, pautado pelo mercado (SALLUM JÚNIOR, 2001). Nesse aspecto, iniciava-se no Brasil a ascensão de um modelo baseado no liberalismo econômico e em consonância com a nova ordem global de abertura de mercados, estabelecendo-se progressivamente.

Mas, voltando ao foco deste artigo, podemos nos questionar como este novo momento da política econômica brasileira, pautado no controle da inflação, refletiu

sobre o setor supermercadista. Em vias gerais, ressalta-se como um resultado principal a compra de grupos supermercadistas nacionais por grandes redes estrangeiras, dentre elas a americana Walmart e as francesas Carrefour e Cassino (CAVALCANTI, 2013). É o período daquilo que Goularti Filho (2016) chama de "desnacionalizações suicidas".

Nessa época, a alta taxa de inflação e a crise econômica diminuíram o poder de compra da população brasileira, que passou a optar por produtos de primeira necessidade, excluindo do consumo itens considerados supérfluos, o que prejudicou o faturamento do setor supermercadista nacional (ABRAS, 1993), de sobremaneira de pequenos grupos.

Este processo pode ser constatado pelo aumento da concentração do faturamento no setor. Uma parcela maior de faturamento passou a se concentrar nas mãos de poucos grupos supermercadistas, dentre os quais a maioria de origem estrangeira. É o que indicam dados de faturamento entre os anos de 1997 e 2000, citados por Bastos (2002, p. 56), das cinco maiores empresas do ramo, que saltaram de 27% para 41% sua participação no faturamento total do segmento. E, dentre estas cinco, Carrefour, Pão-de-açúcar, Sonae, Bompreço e Casas Sendas, apenas a última tinha capital 100% nacional e a segunda apresentava capital majoritariamente brasileiro – as outras eram estrangeiras. É o que o autor chama de "inserção submissa" (BASTOS, 2002, p. 56), ligada a esta então nova lógica de freio do intervencionismo estatal e de incentivo ao combate da superinflação dos governos Collor e FHC.

Um ponto marcante que auxilia no entendimento do processo de reestruturação do setor durante a década de 1990 é o Plano Real. Conforme Rojo (1986), durante os períodos de hiperinflação as redes varejistas garantiam grande margem de lucro através do rápido giro de estoque frente aos prazos de pagamento aos fornecedores. Esta via de lucro mascarava certos tipos de dificuldades técnicas dos grupos atuantes no país. Com a estabilização cambial e da inflação, o setor supermercadista entra em um profundo processo de acirramento de concorrência, diminuição da margem de lucro e pressão para novas estratégias de operação, que por vezes resultava em fusões e incorporações.

Contudo, o setor supermercadista em Santa Catarina atravessou de maneira diferenciada este período. No estado, observou-se um vigor das empresas locais, que, em certo grau, barraram a entrada pela compra de filiais por grandes redes estrangeiras. Goularti Filho (2016) aponta que, dentre as quinhentas maiores empresas brasileiras, incluindo todos os ramos, em ranking da revista Visão publicado em 1989, vinte (20) eram catarinenses. Em 1970, eram apenas nove (9). No ranqueamento da revista Exame, publicado em 1998, dentre as quinhentas

maiores empresas nacionais, quinze (15) tinham sede em Santa Catarina e dez (10) eram catarinenses. Dentre elas haviam, ainda, dois grupos supermercadistas: Angeloni e Vitória. Outro exemplo ilustrativo da força do segmento em Santa Catarina é o caso do supermercado Real, que, até sua aquisição pelo grupo português SONAE, era a segunda maior rede supermercadistas do Sul do Brasil. Contava com filiais em Porto Alegre e Curitiba, além de lojas no interior do Rio Grande do Sul. Apesar da proximidade geográfica, não instalou lojas no estado de Santa Catarina (BASTOS, 2011, p. 422).

Outros exemplos ainda podem citados. O caso da rede Ptufzenreiter de Blumenau que, após ser comprada pelo Grupo Pão de Açúcar (GPA) na década de 1980 e inaugurar uma série de lojas em Florianópolis, acabou desaparecendo da cidade antes do fim da década (BASTOS, 1999). Situação similar da rede Stoc, do grupo Carrefour, que inaugurou uma loja no Shopping Itaguaçu, na Região Metropolitana de Florianópolis, que acabou por fechar em seguida.

Se analisarmos os rankings produzidos pela ABRAS entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990, observa-se que o número de empresas de Santa Catarina bem posicionadas nacionalmente era mais ou menos igual aos dias atuais. Em 1988, por exemplo, Santa Catarina tinha três (3) empresas supermercadistas dentre as cinquenta (50) maiores do país: o Sesi Serviço Social da Indústria, na 27º posição, com faturamento anual de Cr$ 2.618.007, seguida pelo grupo Angeloni, em 34º (Cr$ 1.762.965), e o Vitória, em 46º (Cr$ 1.322.840). Em 1993, dentre o grupo das 50 maiores, estas mesmas três ainda representavam o estado de Santa Catarina. A mais bem posicionada era a rede Angeloni, em 24º, seguida pela Vitória, em 26º e o SESI, em 37º. Em 2018, o estado tem quatro (4) empresas neste grupo.

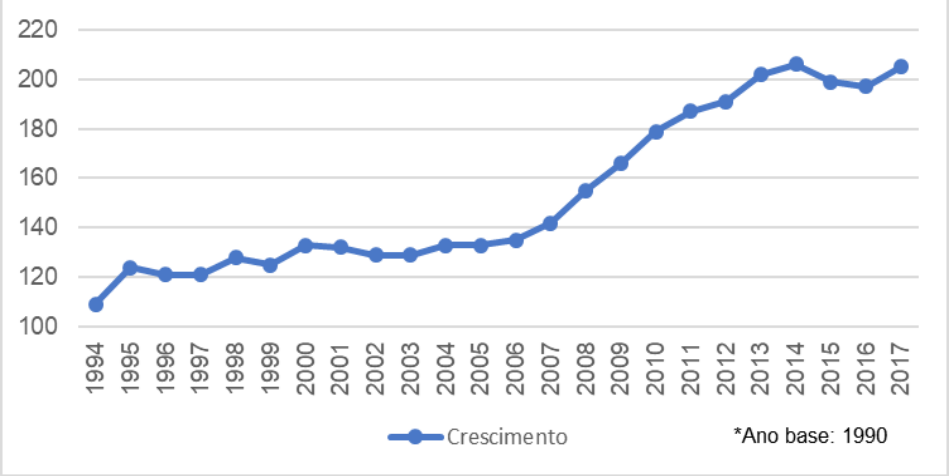
Estes aspectos demonstram o dinamismo econômico das iniciativas locais mesmo durante momentos de crise da economia brasileira. E, mais que isto, ilustra que o capital comercial catarinense aproveitou o período para qualificar seus negócios, seja através de investimentos em automação e logística como através da abertura de novas filiais, dentro e fora do estado.

Os investimentos do BNDES no setor supermercadista de Santa Catarina

Da redemocratização até 2002, o Brasil atravessou períodos de diferentes graus de abertura econômica. Com a ascensão do projeto popular encabeçado por Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, o país voltava a se encontrar sob uma ordem político-econômica cujo Estado adquire forças de planejador e gestor da economia. Aqui, aparece com importância a política lulista de valorização do salário mínimo posta em prática na época, que permitiu a entrada de mais pessoas na classe média

e que aumentou, consequentemente, o nível de consumo das famílias. Agora, além dos produtos básicos, os brasileiros passaram a consumir com mais intensidade produtos antes supérfluos e inacessíveis. Como consequência, o setor supermercadista, cujo tipo de negócio é altamente atrelado ao nível de consumo da população, passou por um período de franco crescimento, conforme pode ser visto na Figura 1.

Figura 1. Proporção de faturamento do setor supermercadista nacional entre 1994 e 2017.



Fonte: Revista SuperHiper/ABRAS

Os dados de faturamento também nos mostram que o segmento, em Santa Catarina, acompanhou esse crescimento. Conforme dados da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), através da revista SuperHiper, o estado de Santa Catarina correspondeu no ano de 2017 a 7,2% de todo o faturamento do setor nacionalmente. O estado só fica atrás de São Paulo (29,2%), Rio Grande do Sul (10,3%), Paraná (10%) e Rio de Janeiro (7,9%). Para efeito de comparação, em 2012 o faturamento do setor em Santa Catarina correspondia a apenas 4,9%. Dentre as maiores do estado, o faturamento do grupo Angeloni aumentou em mesmo período 1,19 vezes, o do Giassi 1,73, o do Koch, 2,98, o do Imperatriz 1,53 e o do Archer 1,65. Dentre as quatro líderes históricas do país, apenas o Carrefour teve crescimento similar, aumentando seu faturamento em 1,58 vezes. O Pão de Açúcar teve uma retração, variando entre 2012 e 2017 um coeficiente de 0,85, bem como a Ceconsud, com coeficiente de 0,87. O Walmart teve expansão mais tímida, de 1,09 vezes. Observa-se também que dentre as grandes redes do estado, a expansão do número de lojas foi proporcionalmente inferior ao crescimento em faturamento, indicando um crescimento no faturamento por loja. O Angeloni

expandiu suas lojas em 1,04 vezes entre 2012 e 2017. O Giassi, 1,16 vezes. O Koch, 2,38 vezes. O Imperatriz, 1,18. O Grupo Archer não alterou seu número de lojas.

É válido destacar que esse crescimento não é exclusivo das redes de Santa Catarina, ocorrendo também em outros grupos do Sul do Brasil. O Grupo Zaffari, do Rio Grande do Sul, oitava maior empresa do ramo no país, cresceu 1,57 vezes, enquanto a Irmãos Muffato, quinta maior, se expandiu 2,17 vezes. O crescimento do Sul do país na participação do faturamento do setor supermercadista nacional é compatível com a tendência de desconcentração que acompanha o setor nos últimos anos. A Região Sudeste, que tinha em 2016 52,1% da participação no setor, passou para 50,2% em 2017 (SUPERHIPER, 2018).

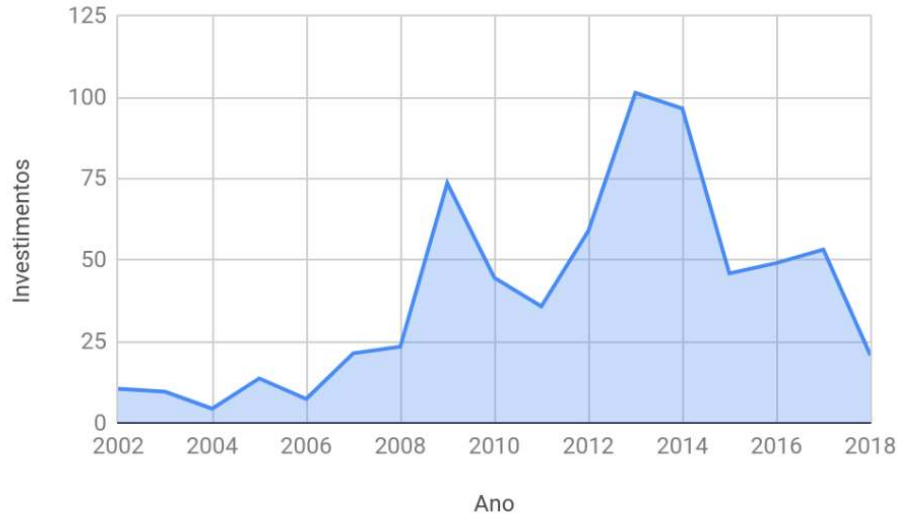
Todas estas discussões acerca do desenvolvimento do segmento, envolvendo tanto o setor como um todo, como as maiores redes do estado, indica que o ramo supermercadista da Fachada Atlântica Catarinense é dominado por iniciativas do próprio estado, em detrimento de grupos de outros estados e estrangeiros. Mesmo a exceção a esta regra, a rede BIG, administrada pelo grupo americano Walmart, que opera menos que meia dúzia de lojas em Santa Catarina, apresentou dificuldades de se firmar em mercado estadual, à exemplo do fechamento da loja na cidade de Criciúma, e não conseguiu barrar a expansão das empresas locais. Isto é indicativo da força do capitalismo precoce balizado numa acumulação via pequena produção mercantil e da dinamicidade do capital comercial do estado (BASTOS, 2011), além das iniciativas governamentais de fomento ao segmento, como podem ser vistos em tantos setores da economia catarinense.

Dado o dinamismo econômico das empresas supermercadistas em Santa Catarina, um questionamento lógico seria, afinal, quais mecanismos foram utilizados pelo Estado no mantimento deste vigor no período. Neste contexto, a abertura de uma linha de crédito para a atividade comercial pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) surge como uma das hipóteses, cujo aporte dado ao segmento foi um dos motivos na vitalidade econômica deste na crise liberalizante da década de 1990. Estes incentivos, todavia, mantiveram-se até o período posterior, onde foram utilizados como importantes mecanismos durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) na construção das suas principais políticas econômicas (SCHLICKMANN, 2016), inclusive no setor supermercadista.

Entendido isto, partimos a analisar os relatórios publicados no sítio oficial do BNDES entre os anos de 2002, transição entre os governos FHC e Lula, e 2017, ano mais recente cujos dados foram publicados no Portal da Transparência do BNDES na realização desta pesquisa, com foco posterior nos três últimos anos (2015, 2016 e 2017), de modo a compreender a dinâmica atual do banco com o segmento.

Considerando as operações diretas e indiretas, automáticas ou não, observa-se uma irregularidade dos investimentos do banco no recorte temporal especificado, quando consideramos o subsetor do CNAE "Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - Supermercado" e "Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - Hipermercado", conforme pode ser visto na Figura 2. Apesar disso, nota-se um crescimento comparativo entre a primeira e a segunda metade do período analisado, com picos importantes em 2009 e entre 2013 e 2014.

Figura 2. Operações Diretas e Indiretas, Automáticas ou Não Automáticas, realizadas pelo BNDES (2002-2017) para o autosserviço (em milhões de R$).

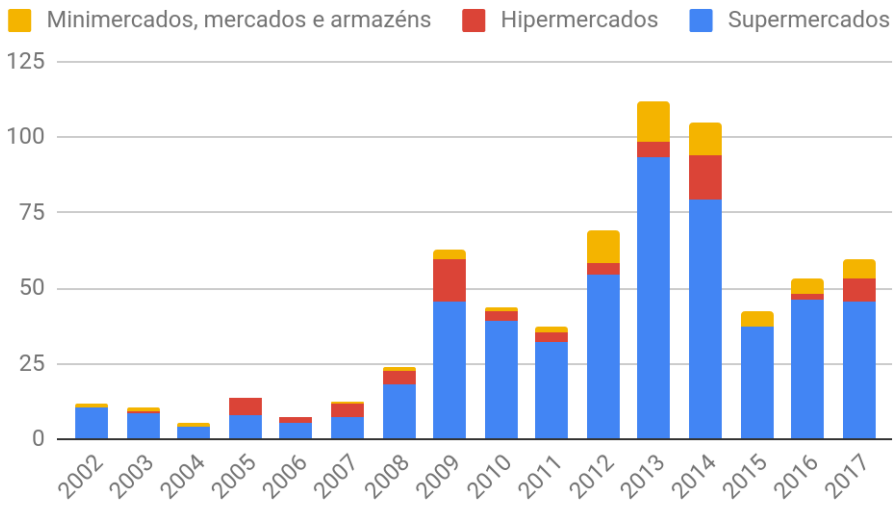


Fonte: BRASIL (2016)

É, todavia, quando analisamos os investimentos do banco por subsetor do comércio varejista de alimentos que podemos traçar algumas conclusões importantes. Conforme série histórica apresentada Figura 3, a maior parte dos investimentos do BNDES foram direcionados à Supermercados. Supermercados são considerados pelo BNDES como lojas de médio porte, com um alcance limitado a uma vizinhança específica. Já os Hipermercados são lojas maiores, com alcance maior e destinados a compras em grande volume (BRASIL, 1996). Ambos distam dos minimercados e armazéns por estes serem considerados de formato "tradicional", onde existe intermediação entre o consumidor e o produto a ser consumido através de um vendedor ou balconista, enquanto aqueles são de "autosserviço", onde os produtos são escolhidos diretamente pelo próprio consumidor, com apenas a existência de um check-out na saída do estabelecimento (BRASIL, 1996, p. 5). Assim, observa-se um enfoque maior nas operações do banco

com lojas médias, evidenciando, possivelmente, uma ação em sentido descentralizador do setor.

Figura 3. Operações do BNDES com segmento varejista de alimentos por Subsetor CNAE (2015-2017), em milhões.

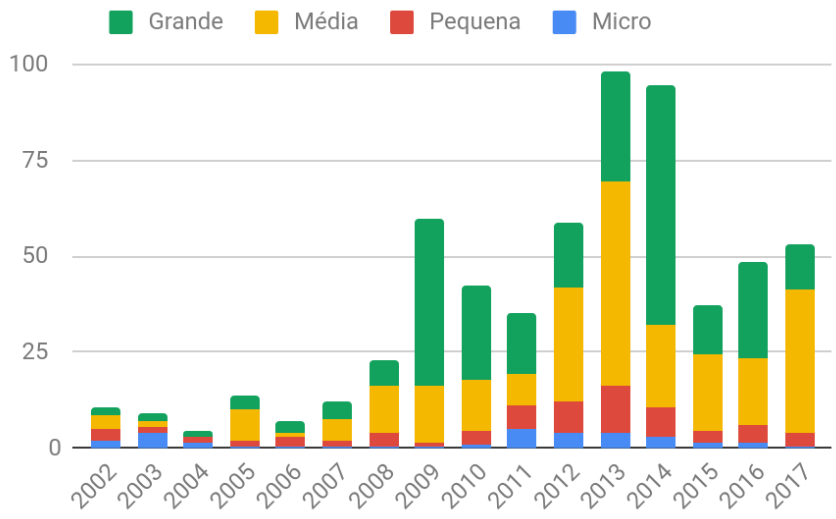


Fonte: BRASIL (2016)

Se a tendência de alocação de recursos para empreendimentos de média abrangência foi o padrão do banco nos últimos anos, quando analisamos o tamanho das redes, observa-se uma maior tendência de operações com redes de média e grande estatura. As empresas médias lideraram em 2002, 2005, 2007, 2008, 2012, 2013, 2015 e 2017, enquanto que as grandes tiveram a dianteira em 2004, 2006, 2009, 2010, 2011, 2014 e 2014. A exceção fica para o ano de 2003, onde a maior parte das operações do BNDES com o autosserviço foram para microempresas, embora, a partir daí, empresas deste porte tenham tido participação irrisória nas operações totais.

Este cenário vai ao encontro a uma crítica comum feita ao padrão de investimento do BNDES. Conforme Silveira (2010), as operações do banco nos últimos anos têm sido concentradas em grandes grupos, especialmente pela grande burocracia exigida a grupos menores. Esse aspecto pode ser visto acerca dos investimentos no setor supermercadista de Santa Catarina, onde nota-se a menor relevância no recebimento de empréstimos por grupos de pequeno porte e microempresas (Figura 4).

Figura 4. Operações do BNDES com autosserviço por tamanho da rede (em milhões de R$)

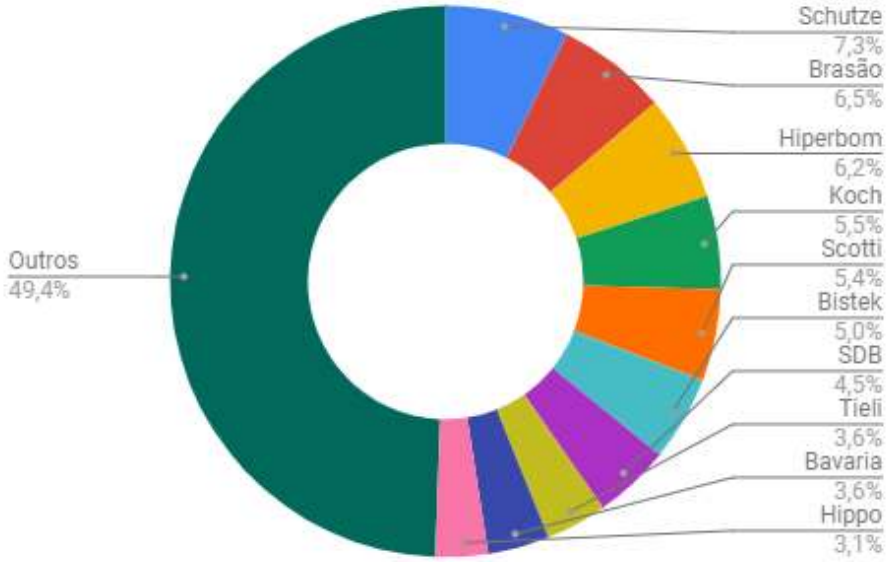


Fonte: BRASIL (2016)

Apenas considerando as empresas no ramo do autosserviço, Koch e Bistek são as redes que figuram entre as maiores do estado que mais obtiveram auxílio do banco entre 2015 e 2017. O Koch recebeu cerca de R$ 8,2 milhões (5,52% de todo investimento no autosserviço), enquanto o Bistek recebeu por volta de R$ 7,4 milhões (4,98% do investimento total no autosserviço), sendo, respectivamente, a 4ª e a 6ª empresa do ramo com maior aporte financeiro. À exemplo desta relevância do banco para as duas empresas, pode-se citar o empréstimo oferecido de maneira direta, isto é, solicitada diretamente ao BNDES, de cerca de R$ 13,6 milhões para o grupo Bistek em 2009 para a construção de dois supermercados em Florianópolis e região. Já acerca do Koch, cita-se que a rede passou por uma grande expansão nos últimos anos, tanto em número de lojas, quanto em faturamento, o que pode ser explicado pelo aporte do banco de fomento.

Em uma análise comparativa, observa-se que os investimentos no segmento apresentam uma dispersão entre empresas muito maior que aquela observada em outros setores. Schlickmann (2016) observa que, no setor de pneus, por exemplo, cerca da metade dos 1,3 bilhão de reais investidos no segmento entre 2003 e 2015 foi para apenas uma empresa: a italiana Pirelli. Na construção civil, a Tigre obteve mais da metade dos 274,1 milhões de financiamento no mesmo período. A Figura 5 nos mostra que as operações do BNDES com o setor supermercadista de Santa Catarina ocorreram de forma muito mais desconcentrada.

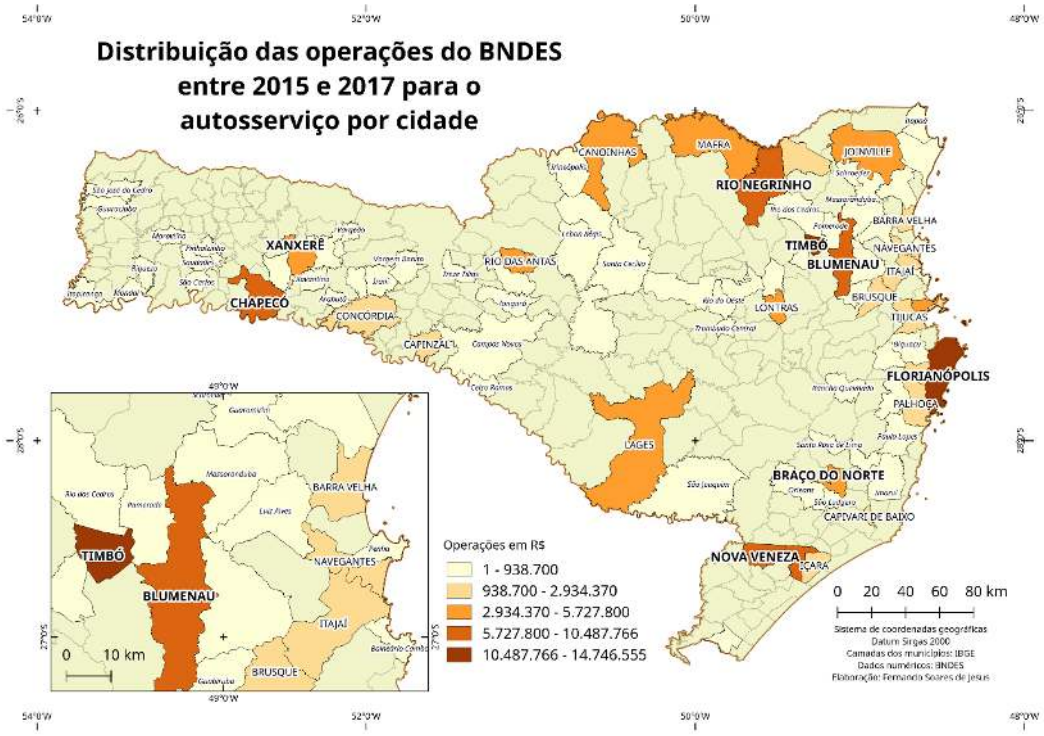
Figura 5. Operações do BNDES com o autosserviço de Santa Catarina por empresa (2015-2017)



Fonte: BRASIL (2016)

Territorialmente, também dificilmente poderia se falar em concentração dos investimentos no setor por parte do banco, conforme é evidenciado na Figura 6. Todas as mesorregiões catarinenses foram contempladas, com destaque para as capitais regionais (Criciúma, Chapecó, Blumenau e Joinville), Florianópolis e cidades de menor porte como Timbó, Nova Veneza e Rio Negrinho.

Figura 6. Distribuição dos investimentos do BNDES para o autosserviço entre 2015 e 2017 por cidades



Elaboração própria com base nos relatórios disponíveis no sítio do BNDES

Algumas conclusões interessantes podem ser tiradas da comparação entre os investimentos em Santa Catarina e aqueles aportados em outros estados (Tabela 1). No período analisado, o autosserviço de Santa Catarina foi o quarto do país que mais recebeu incentivos do BNDES, com 13,66% (R$ 148,3 milhões) de todas operações com o setor, ficando apenas atrás de São Paulo (R$ 270,7 milhões), Paraná (R$ 173,4 milhões) e Minas Gerais (R$ 166,9 milhões). É um montante expressivo, principalmente quando lembramos que Santa Catarina correspondeu a 7,2% do faturamento nacional do segmento em 2017, proporção notadamente inferior àquela dos financiamentos por parte do banco.

Contudo, ainda ressalta-se a concentração dos empréstimos ao segmento nas regiões Sul e Sudeste (Tabela 1), não tendo as Regiões Norte e Nordeste estados entre os seis que mais receberam aportes.

Tabela 1. Investimentos (em milhões de R$) do BNDES para o autosserviço por Unidade da Federação entre 2015 e 2017

Estado	Investimentos (em milhões de R$)
São Paulo	270,7
Paraná	173,4
Minas Gerais	166,9
Santa Catarina	148,4
Rio Grande do Sul	79,5
Goiás	57,8
Outros	190,1

Fonte: BRASIL (2016)

Considerações finais

O quadro socioeconômico de Santa Catarina já foi tema de diversos estudos no campo da Geografia, dentre os quais destacamos os trabalhos de Mamigonian (1965). Uma conclusão comum a eles é a relevância que algumas empresas catarinenses alcançaram em determinados segmentos econômicos, sejam eles industriais ou comerciais. Em partes, esse dinamismo é explicado pela acumulação pulverizada de capital através da pequena produção mercantil, que possibilitou o surgimento de pequenas unidades empresariais que, pouco a pouco, ganharam relevância estadual e nacional. Foi o que ocorreu com o setor supermercadista, onde a acumulação nas 'regiões urbanas pequenas' de Tubarão e Criciúma, especialmente pelo colono italiano, deu origem a hoje importantes redes supermercadistas (BASTOS, 2002; JESUS, 2020).

Contudo, outro elemento importante é o papel do Estado. Como descrito, muitos foram os mecanismos de investimento e financiamento estatais, tanto em nível nacional, quanto estadual, dentre os quais destacam-se programas de incentivos fiscais, sistemas de crédito e a ação de bancos públicos, cujo objetivo foi viabilizar o crescimento de determinadas companhias em determinados setores econômicos, como destacado em Goularti Filho (2016).

O casamento entre aspectos genéticos e financiamentos públicos auxiliam a explicar o mantimento do vigor econômico de alguns setores, dentre eles notadamente o supermercadista e o cerâmico, durante os períodos de crise neoliberalizante da economia brasileira, em especial entre os anos 1980 e 1990. Aproveitaram, em ambos os casos, para alargar suas bases, aumentando o número

de filiais e modernizando suas lojas. Isso, válido lembrar, não ocorreu com todos os segmentos da economia catarinense, como é o caso do setor têxtil, cuja concorrência com o tecido chinês levou a indústria estadual à crise, e o carbonífero, que sofreu um desmonte parcial depois de uma série de medidas postas em prática no governo Collor, dentre as quais a liberação da importação de carvão metalúrgico e o fechamento e privatização de companhias ligadas ao setor (GOULARTI FILHO, 2016, p. 298).

Dentre os diferentes agentes de investimento estatal, a análise presente nesse artigo permitiu perceber que houveram importantes aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no setor supermercadista de Santa Catarina, correspondendo a um sétimo de todas as operações com o setor nacionalmente. Esses aportes foram importantes na expansão da malha de filiais e na modernização de grupos supermercadistas do estado. Esses financiamentos, diferentemente do que ocorreu com outros setores, de seu de maneira mais ou menos dispersa pelo território do estado e desconcentrada entre diferentes grupos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS (ABRAS). *40 anos de supermercados no Brasil*. São Paulo, 1993. 186 p.

BASTOS, José Messias; MAMIGONIAN, Armen. O *comércio de múltiplas filiais em Florianópolis-SC*. Florianópolis, 1997. vii, 104f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

BASTOS, José Messias. O Comércio no Sul do Brasil. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 112-124, jan. 1999. ISSN 2177-5230. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15024/13699>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BASTOS, José Messias. *O comércio de múltiplas filiais no Sul do Brasil*. 2002. 186 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BASTOS, José Messias. Dinâmica socioespacial das redes de lojas em Santa Catarina. In: MAMIGONIAM, Armen (Org.). *Santa Catarina:* Estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: Gcn/cfh/ufsc, 2011. p. 419-442.

BENEDET, João Abel. *Comerciantes do meu tempo*: décadas de 1950 a 1980. Criciúma: Edição do Autor, 2012.

BRASIL. *Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social*. Portal da transparência: consulta a financiamentos. Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/index.html>. Acesso em: 16 de fev. de 2019.

BRASIL. *Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social*. Comércio Varejista – Supermercados: Área Operacional 2. Rio de Janeiro, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz. *A construção política do Brasil:* Sociedade e Estado desde a independência. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 461.

BOSSLE, Ondina Pereira. *Henrique Lage e o desenvolvimento sul catarinense*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1981. 79p.

CAVALCANTI, Herodes Beserra. Segmento supermercadista, reestruturação comercial e intensificação do trabalho. *Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho*, [s.l.], v. 14, n. 1, p.282-298, 15 jul. 2013. Pegada Eletronica.

COUTINHO, Luciano. Desafios para o crescimento sustentado. In: VELLOSO, J. P. dos R.; et al. (coord.). *Visões do desenvolvimento brasileiro e a nova revolução industrial*: a maior desde 1790. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2014, p. 17-25.

CYRILLO, Denise Cavalini. *O papel dos supermercados no varejo de alimentos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1987.198p.

GOULARTI FILHO, Alcides. F*ormação econômica de Santa Catarina*. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 431 p. ISBN 9788532807496.

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Ed. da FURB, 1987. 334p.

ISOPPO, Keity Kristiny Vieira. G*ênese e evolução da indústria cerâmica na região de Criciúma - SC*. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

JESUS, Fernando Soares de. *A inserção do setor de autosserviço de alimentos na formação e dinâmica econômica da Fachada Atlântica de Santa Catarina*. 2020. 99 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Floranópolis, 2020.

KAESEMODEL, Maria Salete Munhoz. A *indústria moveleira em São Bento do Sul*. Florianópolis: CFH/UFSC, 1990. 129 p. (Dissertação de mestrado).

KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 333.

MAMIGONIAN, A. Habitat urbano e rural em Santa Catarina. In. *Atlas de Santa Catarina*. Florianópolis: IBGE/CNG - Departamento Estadual de Geografia e Cartografia-SC, 1959.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 27, p. 389-481, jul.-set. 1965.

MAMIGONIAN, Armen. Vida regional em Santa Catarina. *Orientação*. São Paulo, n. 2, p. 35-9, 1966.

MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Tradução de Mariano Soares. Porto Alegre: Movimento, 1982.

NEU, M. F. R. *Porto de Imbituba-SC*: De armação baleeira a Porto Carbonífero (da Gênese a Crise). Florianópolis, 1999 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 35, p.100-129, jan. 2003. Semestral.

PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina*: história da gente, 2 grau. Florianópolis: Lunardelli, 1983. 150p.

RANGEL, Ignacio. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982, p. 186.

ROJO, F. J.G. Qualidade Total: Uma nova era para os supermercados. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 38, n. 4, p.26 - 36, 1998.

SALLUM JUNIOR, Brasilio. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. Dados, [S.L.], v. 54, n. 2, p. 259-288, 2011. *FapUNIFESP* (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52582011000200002.

SCHLICKMANN, Paulo Henrique. A distribuição geográfica dos aportes do BNDES para a indústria do plástico, da borracha e da química no Brasil. *Boletim Goiano de Geografia*, [s.l.], v. 36, n. 3, p.463-481, 9 dez. 2016. Universidade Federal de Goiás.

SCHLICKMANN, Paulo Henrique. *BNDES*: distribuição dos investimentos no governo petista. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SCHNEIDER, Ben Ross. A privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 12, n. 1, 1992.

SILVA, Marcos Aurélio da. *A indústria de equipamentos elétricos do nordeste catarinense*: um estudo de geografia industrial. São Paulo: USP/FFLCH, 1997. 204 p. (Dissertação de mestrado).

SILVEIRA, Natália Dutra. O *BNDES como instrumento de política externa*: expansão econômica brasileira sobre a América do Sul. 2010. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 276.

Sobre os autores

Fernando Soares de Jesus: Bacharel e licenciando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de extensão no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LABEUR/UFSC). Atua na área de Geografia Econômica, com foco em Comércio.

José Messias Bastos: Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, é doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, mestre e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Realiza pesquisas na área de Geografia econômica, atuando principalmente nos temas comércio, urbanização, economia, desenvolvimento e formação sócio-espacial.

* * *

ABSTRACT

Geographical distribution of BNDES contributions to the supermarket sector in the State of Santa Catarina

This article aims to analyze the territorial and sectorial profile of the investments of the Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) on the supermarket segment in Santa Catarina, especially since 2002. For this purpose, an analysis of the published reports was carried out on the BNDES official website, followed by a systematization of data for the generation of maps, graphs and tables. It was observed that the supermarket sector in Santa Catarina had important contributions from the bank, especially medium and large companies, to the detriment of small and micro companies. Despite this, there was a relative dispersion of investments among companies and territorial deconcentration by the state.

KEYWORDS: Development; Supermarket sector; Economic opening; BNDES; National-Developmentalism.

RESUMEN

Distribución geográfica de los aportes de BNDES al sector de sueprmercados en el estado de Santa Catarina

Este artículo tiene como objetivo analizar el perfil territorial y sectorial de las inversiones del Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) en el segmento de supermercados en Santa Catarina, especialmente desde 2002. Para ello, se realizó un análisis de los informes publicados. en el sitio web oficial del BNDES, seguido de una sistematización de datos para la generación de mapas, gráficos y tablas. Se observó que el sector de supermercados en Santa Catarina tuvo importantes aportes del banco, especialmente las medianas y grandes empresas, en detrimento de las pequeñas y microempresas. A pesar de ello, hubo una relativa dispersión de inversiones entre empresas y desconcentración territorial por parte del Estado.

PALABRAS CLAVE: Desarrollo; Sector de supermercados; Apertura económica; BNDES; Nacional-desarrollismo.